

075ª SESSÃO ORDINÁRIA 17AGO2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação de Funcionários da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, que tratará de assunto relativo à luta pela permanência da Fundação. A Sra. Janine Oliveira Araújo, representando a Associação de Funcionários da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

A SRA. JANINE OLIVEIRA ARAÚJO: Boa tarde a todos, sou bióloga da Fundação Zoobotânica, que é composta por três órgãos: o Parque Zoológico, que fica em Sapucaia do Sul; o Jardim Botânico e o Museu de Ciências Naturais, esses dois últimos no município de Porto Alegre. No dia 8 de agosto, deste ano, entrou, na Assembleia Legislativa, um projeto de lei que pede a extinção sumária da Fundação Zoobotânica e demissão dos seus funcionários. O argumento usado é financeiro, por causa da crise atual do Estado, e também devido a uma sobreposição de atividades que, a princípio, a Fundação Zoobotânica exercia com relação a outros órgãos ambientais do Estado. Só que, com o levantamento de dados que nós fizemos, nós vimos que o orçamento da Fundação Zoobotânica corresponde a 0,045% do orçamento do Rio Grande do Sul.

(Procede-se à apresentação de PowerPoint.)

A SRA. JANINE OLIVEIRA ARAÚJO: O orçamento do Rio Grande do Sul hoje, em 2015, é de R\$ 57,4 bilhões, enquanto que o da Fundação Zoobotânica é de R\$ 26 milhões. Um dos argumentos usados pela Ana Pellini, Secretária do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, é de que o orçamento da Fundação Zoobotânica estava aumentando muito, de R\$ 16 milhões passou para R\$ 26 milhões, e que eles tinham que enxugar isso, que

não dava para continuar aumentando. Só que ela deu esses dados pela metade. Em 2012, um pesquisador com graduação - só falando de pesquisadores -, mestrado e doutorado na Fundação Zoobotânica, recebia menos de R\$ 3 mil. Em 2012, houve uma contratação emergencial para suprir a fuga de especialistas causada pelos péssimos salários. Ainda em 2012, foi aprovado, por unanimidade, na Assembleia Legislativa, o plano de cargos e salários e, através disso, em 2014, foi feito um concurso público para substituir os contratados e para a entrada de novos servidores; e, mesmo assim, o plano de cargos da Fundação Zoobotânica não está completo. Então, neste gráfico, a gente vê que não há um aumento do orçamento da Fundação Zoobotânica, houve aposentadoria ou demissão em massa, por causa dos baixos salários, e, depois do plano de cargos e salários, ela se mantém estável desde então.

E outra coisa sobre os serviços prestados pela Fundação Zoobotânica: eles são importantes tanto para o Município de Porto Alegre quanto para o Estado do Rio Grande do Sul como um todo. Os valores dos serviços prestados são inferiores aos apresentados pelo mercado por empresas privadas com uma capacidade e qualidade técnica incomparavelmente superior. Hoje, dos 205 funcionários da Fundação Zoobotânica, nós contamos com 43 pesquisadores, sendo que desses, 70% têm titulação de doutorado. Nós possuímos técnicos altamente qualificados e uma infraestrutura especializada com laboratórios, coleções de referência e equipamentos para pesquisa e difusão.

Um exemplo prático do que a Fundação Zoobotânica traz de economia para o Estado do Rio Grande do Sul é o plano de manejo do Parque Estadual do Delta do Jacuí, executado pela mesma, e que tem uma área de 14 mil hectares. Isso custou ao Governo do Estado R\$ 176 mil. Já, para a execução do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Delta do Jacuí com uma área de apenas 60% do empreendimento anterior, o Governo do Estado, gastou R\$ 948 mil com uma empresa particular. Então, só com esse exemplo, a gente pode demonstrar que a Fundação Zoobotânica economizou, para o Estado do Rio Grande do Sul, R\$ 772 mil, o que corresponde a 70% da folha mensal da Fundação Zoobotânica. Nos últimos cinco anos, a Fundação Zoobotânica captou mais de R\$ 3 milhões. Esse dinheiro captado geralmente é com pesquisa, os funcionários descrevem projetos e submetem a órgãos de fomento estaduais, federais e até internacionais. A Fundação Zoobotânica foi essencial para a captação de R\$ 884 milhões, em valores atuais, em recursos para o Estado, em dois grandes projetos, nos últimos 10 anos. Se a

pág. 2

Fundação Zoobotânica for extinta hoje, conforme pede o Projeto de Lei nº 300 que está na Assembleia Legislativa, o Estado do Rio Grande do Sul terá que devolver R\$ 2,6 milhões ao Banco Mundial. Só para demonstrar que a Fundação Zoobotânica consegue trabalhar por si, sem depender exclusivamente do Governo, todos os veículos usados para os nossos trabalhos foram adquiridos com recursos próprios de projetos de pesquisas dos seus funcionários.

Isso aqui é o Círculo Virtuoso da Pesquisa que todos os três órgãos da Fundação Zoobotânica exercem. Como é que ele funciona? A pesquisa gera publicações científicas, gera visibilidade aos funcionários da Fundação Zoobotânica. Essas publicações qualificam os nossos currículos, e os currículos qualificados geram mais projetos, e a aprovação de projetos geram novos recursos para a captação de novos financiamentos para mais pesquisa.

Outros aspectos fundamentais da Fundação Zoobotânica, ela dá muita credibilidade junto ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, com isso evitam vários processos judiciais e custos processuais, ou seja, a maior aceleração no licenciamento, na liberação de licenças ambientais. Os funcionários da Fundação Zoobotânica não oneram o Estado, porque depois que nos aposentarmos - porque nós somos regidos pela CLT – não vamos pesar para a folha de pagamento do Estado.

A FZB superou as metas de cortes estabelecidas pelo Governo Sartori, como a redução de 44% em diárias e 25% em terceirizados. Essa meta de redução de custeio da Secretaria do Meio Ambiente só foi cumprida por causa dessa redução da Fundação Zoobotânica. Agora, quanto às atividades exercidas pela Fundação Zoobotânica, foi dito que haveria uma sobreposição em relação à Secretaria do Meio Ambiente.

Vocês sabem que a Fundação Zoobotânica mantém um serpentário com 400 cobras. Dessas cobras, se extrai um veneno, que, depois de extraído, vai para o Instituto Vital Brasil para a fabricação de soro antiofídico. Todo soro usado no Rio Grande do Sul é feito através do veneno extraído pela Fundação Zoobotânica. Eu chamo a atenção aqui porque há uma especificidade. Então, se você pegar, por exemplo, duas jararacas – sendo uma jararaca aqui do Rio Grande do Sul e outra lá do Rio de Janeiro –, fizer um soro com a jararaca do Sudeste e tentar usar esse soro em alguém que foi picado por uma jararaca daqui, não vai ter a mesma efetividade, por isso a importância de se manter a extração de

veneno aqui. E essa extração é única; nenhum outro órgão do Estado presta esse tipo de serviço à população.

A Fundação Zoobotânica é o único órgão da Sema que executa a Política Estadual de Educação Ambiental no Estado. São mais de 130 mil habitantes atendidos por ano. Há também a formação de recursos humanos, através de parcerias com universidades públicas e privadas e com órgãos de fomento estaduais e federais, que dão bolsas de pesquisa aos estudantes de graduação.

A FZB é a única a produzir laudos paleontológicos no Estado, através da Lei Estadual nº 11.837/2002, que gera aos cofres públicos R\$ 45 mil ao ano. Aqui, no Rio Grande do Sul, há muito fóssil. Onde você escavar, vai achar um fóssil. Onde há sítios paleontológicos não há licenciamento ambiental para a construção de estradas sem a realização dos laudos feitos pela Fundação Zoobotânica. No Parque Zoológico, a Fundação Zoobotânica mantém mais de mil animais, e é o único a receber apreensões de animais da vida silvestre, através dos centros que são alocados no Centro de Triagem de Animais Silvestres, dentro da área do Zoo. Então, para que ter esse projeto de lei que pede a extinção sumária da Fundação Zoobotânica, se ela presta serviços tão importantes tanto à comunidade municipal, a Porto Alegre, quanto ao Estado do Rio Grande do Sul? O orçamento é muito pequeno e não vai ajudar a sanar a dívida do Estado. Além disso, há vários recursos de como aumentar a arrecadação da Fundação Zoobotânica, continuar prestando serviços à sociedade e ajudar o Governo. Há o Decreto nº 38.355, de 1998, de compensação ambiental. O parque zoológico, hoje, tem disponível R\$ 390 mil para a reforma de recintos. Há também uma lei fresquinha, de 2013, que foi regulamentada no ano passado, para o Programa de Parceria Ambiental.

Eu peço, em nome da Associação dos Funcionários da Fundação Zoobotânica, que vocês mandem uma moção para a retirada desse projeto de lei. Agradeço aos Vereadores que já estão trabalhando junto a seus Deputados, para ir contra esse projeto de lei, o que vai trazer muito mais benefícios para a área ambiental, para a área da saúde e, conseqüentemente, para a área econômica. Muito obrigada pela oportunidade de falar para vocês. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Convido a Sra. Janine a compor a Mesa. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, Janine, gostaria de saudar a tua exposição, que esclareceu bastante para algumas pessoas que não estão envolvidas ou não estão participando das discussões a respeito desse tema, sobre a fundamental importância da Fundação Zoobotânica para o Estado do Rio Grande do Sul e, portanto, para a cidade de Porto Alegre. Saúdo a tua exposição. Eu espero, realmente, que o Governador José Ivo Sartori volte atrás no seu posicionamento, porque, como se diz no popular, é uma “economia porca”. Tenta-se fazer economia com alguns recursos bastante limitados, quando existem várias outras áreas que podem ser reformadas, ser reestruturadas. Em contrapartida, o serviço essencial que a Fundação presta vai ficar desguarnecido. Eu cito também a questão do relatório da fauna ameaçada de extinção. A terceirização desse serviço é uma maldade que se faz com o meio ambiente. Uma instituição privada talvez não tenha o zelo necessário para fazer um relatório adequado, um relatório próximo da realidade. A Fundação Zoobotânica não pode acabar. Um grande abraço a ti e a essa luta.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, antes de mais anda, eu quero cumprimentar a oradora Janine Oliveira Araújo, que representa a Associação dos Funcionários da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul. Tem dois ditados populares que dizem que Deus ajuda quem madruga, e que onde há fumaça, há fogo. Hoje, documentalmente, não tem nada que diga que vai ser extinta, mas a coisa está no ar. E tem que se acautelar, tem que cuidar, tem que buscar criar ambiente contrário a essa anunciada extinção da Fundação Zoobotânica, ou transformação, sei lá bem o que está sendo imaginado. Essa síntese que foi feita pela oradora nos dá uma ideia da dimensão do que é a Fundação Zoobotânica: a soma do Jardim Botânico com o Jardim Zoológico com o Horto Florestal. Territorialmente, já nos dá uma dimensão da sua relevância. As tarefas ali desenvolvidas,

que foram muito bem apresentadas pela senhora, nos dão uma outra dimensão. Então, esse órgão, eu acho que faltam criatividade e inteligência para os governantes para mantê-lo. Sinceramente, eu, como integrante do Democrata, partido que ajudou a eleger o Governo do Estado que aí se encontra, quero dizer que eu me somo na luta daqueles que querem resistir no sentido de oferecer ao Governo uma alternativa. Olha, tem muita coisa para ser feita! Há potencial sob todos os aspectos, hoje se fala até em turismo ecológico. Eu pergunto: quantas pessoas em Porto Alegre já levaram os filhos para visitar o Jardim Zoológico, que tem mil animais à disposição? É uma bela área para passar um fim de semana. Está funcionando o restaurante? Está contribuindo com alguma coisa? Tem que ter criatividade.

Não sei em que ponto a coisa vai ser decidida na Assembleia Legislativa. Lamentavelmente, o meu Partido não tem representante hoje na Assembleia Legislativa. Se tivesse, eu ia lá dizer para ele resistir; como não tem, vou me somar aqui aos que têm para dizer que é importante resistir. Eu conheço essa Fundação há muito tempo, quando o Heraclides Santa Helena era o seu diretor-geral. Conheci o Jardim Zoológico, conheci o Jardim Botânico, conheço o Horto Florestal. É uma burrice não se criar uma política sustentável para manter até com um resultado favorável, economicamente falando. Conte conosco na luta! (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Meu caro Presidente Paulo, Janine e todos os trabalhadores da Fundação Zoobotânica; eu falo em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores para reforçar algumas questões destacadas na intervenção da Janine. Só na área de pesquisas, se nós tivéssemos mais profissionais – se estou bem lembrado, no ano passado, houve, inclusive, a entrada de pessoas na Fundação, um reforço de pessoas na Fundação. Isso deveria ser feito cada vez que alguém acaba saindo por aposentadoria, trazendo novos pesquisadores. E digo mais: os salários de pesquisadores no Estado são uma vergonha, uma calamidade pública. Mas os projetos – eu acompanha a pesquisa na Fundação Zoobotânica há muitos anos – são magníficos projetos de pesquisa, que

acabam captando recursos. O teu *slide* aqui mostra, inclusive, a parcela que a AES Sul dá, aqui em Sapucaia, para o nosso zoológico. Ou seja, nós podemos buscar recursos. O Estado tem que ser um estado equilibrado, um estado que tenha um aparato que consiga captar recursos na iniciativa privada, nas organizações não governamentais.

Para concluir, 26 milhões é a dívida de um médio para grande empresário no Rio Grande do Sul. Nós sabemos que o Estado que mais sonega no Brasil, desde a República Velha, é o Rio Grande do Sul. Então, se a gente cobrasse alguns! Vou dar um exemplo só: Na semana passada, eu tive a possibilidade de saber que ainda se briga na Justiça pelo pagamento do ICMS – o “s” de serviços – para alguns setores de comunicação, o que é líquido e certo que tem que ser pago. Portanto, que se paguem os tributos, e que a gente consiga manter a pesquisa no Rio Grande do Sul, inclusive nessa questão que você colocou do que nós mandamos para a Fundação no caso do nosso serpentário.

Vida longa à Fundação Zoobotânica! Não vamos acabar com aquilo que dá certo. Vamos reinventar o Estado, vamos fazer a coisa certa! Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente Paulo Brum; trago um abraço à Janine pela sua bela exposição e faço uma saudação carinhosa e fraterna a todos da Fundação que estão conosco nesta tarde; o tema é relevante, e nós precisaríamos fazer uma pequena exposição, muito simples. Há 15 dias, estive num congresso em que se tratava das dificuldades do País e dos países em desenvolvimento. Dentre uma série de questões que geram essas dificuldades, que são muitas, certamente a tecnologia desponta. É o primeiro detalhe. Segundo: quando nós analisamos a Fundação, e, a partir da tua exposição, nós vamos ver – sou homem de finanças públicas, trabalho há 40 anos no setor público e tenho uma bela experiência neste setor – o tamanho do custo comparado ao tamanho do resultado. O custo é ínfimo, o resultado é extraordinário, e o Brasil precisa de pesquisadores em todas as áreas. Nós não saímos da embrulhada em que estamos apenas com um, dois ou três cortes essencialmente naqueles setores que geram resultado e que têm baixo custo. Portanto, estamos juntos nesta luta. Falo em meu

nome – Ferronato –, em nome do nosso Vereador, companheiro de partido, Paulinho Motorista e em nome do meu partido, o PSB. Nós nos filiamos, certamente, à posição de que a Fundação, com os seus três grandes eixos, deve se preservar.

Só vou fazer um parêntese: estou aqui desde 1989, lá se vão 25 anos. O delta do Jacuí, só para citar um exemplo. A pesquisa, o fazer, o melhorar, o aprimorar ou dar uma solução para aquela área é competência do Estado por excelência, porque a iniciativa privada tem grandes capacidades, menos nessa área. Nessa área são vocês, com suas décadas de treinamento, experiência, acúmulo é que fazem da Fundação um organismo que busca atrair o melhor para o Estado do Rio Grande do Sul. Um abraço. Estamos juntos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. JUSSARA CONY: Em primeiro lugar, Janine, é um prazer recebê-los, a Associação dos Funcionários da Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul, aqui nesta Casa hoje. Quero dar o testemunho, como Secretária do Meio Ambiente que fui, na primeira etapa do Governo Tarso. Em primeiro lugar, a Fundação Zoobotânica é estratégica na pesquisa, produção e no acervo que tem de conhecimento para a garantia do desenvolvimento ambiental e com as transversalidades – tu citaste uma – com a saúde, e, eu diria, também com a cultura. Porque o processo cultural é premente na Fundação Zoobotânica, sob a ótica do nosso entendimento do significado da cultura, inclusive para o nosso desenvolvimento e das nossas raízes.

Nós vivenciamos, no Rio Grande do Sul, neste momento, na contramão da história, a volta ao neoliberalismo. Acho que isso tem que ficar muito claro: a volta mesmo. Penalização dos servidores e extinção de fundações estratégicas: Zoobotânica, e também falo da FEPPS, que também estamos chamando para vir aqui, no sentido de usar este espaço democrático e importante para informar a todos o que está sendo feito no Estado do Rio Grande do Sul com essas fundações. A expertise da Fundação Zoobotânica, inclusive para a minha gestão, é decisiva. Tu deste alguns exemplos e eu quero lembrar o Plano de Manejo do Parque do Delta do Jacuí, a Lista Vermelha das espécies

ameaçadas, o início da implantação da Política Estadual de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, o significado da Zoobotânica – que, aliás, é decisiva através dos servidores da Zoobotânica, na Alianza del Pastizal –, o significado da Fundação para a gestão ambiental integrada e integradora.

E eu finalizo com três questões: a captação de recursos para o Estado, sob o ponto de vista das pesquisas, que têm o menos custo e ainda captam para o Estado, e são pesquisas que o setor público, o Estado, como ente público, tem que fazer exatamente para dinamizar a sua economia, saúde, o ambiente, enfim, e o Governo coloca a questão ambiental, no meu entendimento – e também a questão da saúde! –, através dessa proposta criminosa da extinção de duas fundações estratégicas, como a Zoobotânica e a FEPPS; ele coloca a pesquisa e a produção do conhecimento não como esteio do desenvolvimento da saúde, da dinâmica de um Estado como o nosso. Eu finalizo chamando todo mundo, está aqui a TVCâmara: abrace o zoológico, dia 23, domingo, 10h, no pórtico do zoológico – todo mundo sabe onde é o Zoológico, que pertence à Fundação Zoobotânica. Então, vão passear no zoológico, levar as crianças e dar o grito de unidade contra a extinção de uma fundação como essa, porque isso extingue conhecimento, expertise e penaliza os trabalhadores, os pesquisadores que deram, muitos, a sua vida para a Fundação Zoobotânica e para o Estado do Rio Grande do Sul.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Quero cumprimentar a Janine por sua apresentação, por esse quadro que tem na Fundação, por todos trabalhos desenvolvidos – nós estamos na Câmara e o projeto está sendo discutido na Assembleia. Eu trouxe algumas informações, não estou bem inteirada de todas as futuras decisões, mas vocês também terão uma nova audiência lá na Assembleia onde poderão discutir, porque isso vai ser muito bem discutido. Eu tenho a informação de que a Fundação seria incorporada à Sema preservando os trabalhos, essas pesquisas importantes da Fundação Zoobotânica; os contratos emergenciais poderão ser renovados dentro da Sema, bem como não há essa conversa de demissão de celetistas como saiu no jornal.

A SRA. JANINE OLIVEIRA ARAÚJO: O projeto de lei é a única coisa concreta que nós temos.

A SRA. LOURDES SPRENGER: Sim. O que me passaram é que está sendo discutido e quinta-feira vocês terão maiores informações ainda e que com essa luta de vocês muitas conquistas ainda poderão advir. Parabéns pelo trabalho.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. MÔNICA LEAL: Boa tarde. Eu tenho a honra de ser mãe de um advogado ambientalista; estive com ele conversando profundamente sobre essa questão, e trago aqui a minha opinião com a sua orientação. A extinção da Fundação Zoobotânica não traria nenhum benefício, nenhuma vantagem para o meio ambiente, muito pelo contrário: nós vemos que, quando se fala em políticas de meio ambiente pelo mundo inteiro, só se dão passos para frente, nós não damos passos para trás, porque o meio ambiente, na Constituição, sabemos que ele não trata o agora, ele trabalha o futuro das novas gerações, então no momento em que se fala, se pensa nessa extinção, estaríamos prejudicando o meio ambiente, estaríamos retrocedendo.

Em meu nome, não da minha Bancada, eu, Mônica Leal, não concordo com a extinção da Fundação Zoobotânica. Ainda anotei um dado muito interessante: o Geller, do Partido Progressista, que foi diretor no Governo Yeda, me disse que o Museu do Jardim Botânico tem mais de 500 mil espécies catalogadas, e que só ela tem. É o maior acervo do Brasil, sem contar com a maravilhosa utilidade nessa questão dos soros e o trabalho que faz. Então quero dar o meu apoio a vocês. Contem comigo.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Presidente, quero, muito rapidamente, cumprimentar a Janine e todos os pesquisadores, ativistas e militantes que estão conosco na tarde de hoje; a Agapan, a Associação dos Funcionários da Fundação Zoobotânica, todos os gaúchos e gaúchas, biólogos, ativistas, defensores do nosso Jardim Botânico, do Zoológico, da Fundação. Quero cumprimentar, porque, há duas semanas, uma ampla jornada de luta tem sido feita no nosso Estado, esclarecendo essa situação que é muito grave, desde o abraço, na terça-feira passada, quando o Ver. Prof. Alex já se manifestou aqui na Câmara de Vereadores trazendo a importância dessa mobilização; o piquenique no domingo; hoje teve mobilização, se não me engano. Tem um calendário que está sendo articulado, que é muito importante neste momento em que tramita na Assembleia um projeto que de fato extingue a Fundação – eu inclusive pedi para trazerem cópia para mostrar aos outros Vereadores, mostrar para a Ver.^a Lourdes como está na mensagem, na ementa do projeto, a extinção da Fundação Zoobotânica, com a possibilidade também de atacar também todos os pesquisadores, aliás, de alto nível, que temos na nossa Fundação, que cumpre um papel fundamental para a biodiversidade, que cumpre um papel fundamental na preservação de espécies nativas, dos nossos animais, que cumpre papel fundamental na pesquisa, como foi trazido em relação ao soro antiofídico, também no plano de manejo do Delta do Jacuí, mostrando a importância inclusive financeira para a manutenção da Fundação Zoobotânica. Do ponto de vista ambiental, nós não temos nenhuma dúvida, na oposição, e eu pedi para ocupar este espaço para, por um lado, registrar a importância de que a maioria dos Vereadores que se manifestou se manifestou contra a extinção, o que é uma vitória enorme. Já temos vários Deputados se manifestando contra. E temos um requerimento para votar na tarde de hoje, que é uma Moção de Repúdio à extinção da Fundação Zoobotânica. Para nós, é muito importante que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre dê um recado claro, colocando-se a favor da Fundação, colocando-se a favor da luta e, ao mesmo tempo, fortalecendo as bandeiras que vocês também têm defendido. Contem conosco! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O Sr. Aírto Ferronato: Ouvindo a Ver.^a Fernanda, falei com o Ver. Prof. Alex – até atendendo uma posição tua, Janine – e apresentei uma Moção de Apoio, que já protocolei, à Fundação Zoobotânica pela sua manutenção como instituição pública,

enquanto prestadora de relevantes serviços à sociedade. Vamos pedir que ela se mantenha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, e, depois, prossegue para uma Comunicação de Líder.

O SR. CASSIO TROGILDO: Boa tarde, Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; público que nos acompanha pela TVCâmara; Janine, que aqui representa a Associação dos Funcionários da Fundação Zoobotânica; todos os servidores que aqui se encontram, em especial o amigo Dr. Christian Kloppenburg; venho aqui, nesta tribuna, em tempo de Liderança do PTB para abordar sobre o Projeto de Lei nº 300/2015, que tramita na Assembleia Legislativa, que autoriza a extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul e dá outras providências, e tem todo o corpo do projeto. Eu, normalmente, Ver. Bernardino, não me manifesto aqui sobre os projetos da Assembleia Legislativa; acho que não é o nosso objetivo como Parlamento. Mas, no caso da Fundação Zoobotânica, nós temos dois equipamentos dessa fundação que ficam em Porto Alegre. Por isso, acho muito relevante que os Vereadores desta Casa possam, sim, acompanhar e tenham uma posição, porque nós temos o Jardim Botânico e o Museu de Ciências Naturais. A Fundação Zoobotânica tem 43 anos de existência, ela foi fundada em 1972, sendo que o Museu de Ciências Naturais já tem 60 anos de existência e é o grande guardião de todo o material genético da biodiversidade do Rio Grande do Sul. E eu fico pensando como ficará a nossa pesquisa científica, os nossos campos de estágio nas áreas de biologia, veterinária, geografia, ciências naturais, todos esses estudantes das nossas renomadas universidades que fazem os estágios nessas instituições. É lógico que o Estado vive uma grande crise financeira, e não é de hoje; se pegarmos os jornais de 30 anos atrás, veremos que já se falava em crise financeira, mas eu não acredito que 0,04% do Orçamento do Estado vá resolver o problema financeiro do Estado. E acho que o Governador tem tentado. Não tem muito para onde correr, Ver. Cecchim, é verdade! Não tem muito para onde correr! Tenta recurso do Governo Federal, não tem! Recurso dos depósitos judiciais não há mais!

Mas não vai ser extinguindo a Fundação Zoobotânica... Primeiro que não dá para vender a Fundação Zoobotânica! Eu não acredito que vão vender o nosso zoológico! Quem não

mantém no seu consciente as visitas quando criança ao zoológico? E depois de adulto, levando as crianças ao zoológico? Vai sair um grande condomínio em Sapucaia? Acredito que não. Portanto não será com a extinção da Fundação Zoobotânica, com o fechamento do Jardim Botânico... Alguém pode imaginar que o Jardim Botânico será fechado aqui em Porto Alegre? E o que vamos fazer com o Museu de Ciências Naturais?

Nós temos 199 servidores do quadro da Fundação Zoobotânica. Cem desses servidores fizeram concurso e têm mais de três anos de trabalho, portanto, enquanto fundação autárquica, é líquido e certo que ganharão na Justiça a manutenção de seus empregos. Então, toda essa economia seria para demitir os outros 99 servidores, que talvez não ganhem na Justiça a manutenção. Não posso acreditar que, lá em 2013, quando foi votado o novo Plano de Cargos e Salários da Fundação Zoobotânica, passou por unanimidade na Assembleia Legislativa! Todos os partidos de situação e de oposição, naquele momento, votaram a favor! Agora, sete, oito meses depois, querem extinguir!

Realmente eu não sou a favor dos repúdios, do contra, mas quero dizer aqui que nós somos, sim, a favor da manutenção da Fundação Zoobotânica por todo o acervo que tem de pesquisa para o Estado do Rio Grande do Sul, e a Bancada do PTB, na Assembleia Legislativa, fruto de uma conversa que tivemos com o Dr. Christian Kloppenburg, propôs uma emenda ao Projeto nº 300: se não for possível ganharmos a batalha da não extinção, que pelo menos os servidores da Fundação Zoobotânica sejam remanejados para outros órgãos do Estado! É impossível, neste momento de crise, além da extinção de um órgão importante, haver desemprego, porque famílias inteiras ficarão, Ver. Reginaldo Pujol, sem ter amparo, pois prestaram concurso público, eles têm direito à sua condição de concursados.

E mais uma questão: o projeto não prevê – eu estou com o projeto aqui, eu me ative a lê-lo – para onde vai o patrimônio da Fundação, Ver. Elizandro Sabino, o que será feito com o zoológico, o que será feito com o Jardim Botânico, o que será feito com o Museu de Ciências Naturais. Isso é um patrimônio de R\$ 380 milhões. E não é só fazer um leilão e sair vendendo. Com certeza não é assim que vão resolver o problema financeiro do Estado. E, agora, ao meio-dia, a Secretária Ana Pellini, que até ontem era nossa colega do Município, que eu acho uma técnica muito atilada, estava lá conversando, em frente à Secretaria, com os servidores da Fundação Zoobotânica, declarando que existem três alternativas: a retirada do projeto, a retirada da urgência e talvez um substitutivo. Eu não

sei. Tem que ver o que seria esse substitutivo. Eu acredito que os funcionários estejam dispostos a manter o diálogo. Logicamente, a situação ideal é que o projeto seja retirado para que haja manutenção da Fundação Zoobotânica, dos seus servidores e de todo o trabalho que a Fundação realiza. Muito obrigado e um grande abraço. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ENGº COMASSETTO: Prezado Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; colegas Vereadores, Vereadoras, prezada Janine, que nos dá a honra da sua visita hoje, representando aqui uma das instituições mais belas e mais lindas do Rio Grande do Sul, juntamente com todos os seus funcionários da Fundação Zoobotânica e do Zoológico do Estado do Rio Grande do Sul. Cumprimento aqui o meu colega, desde o tempo de estudante como engenheiro agrônomo, o Sr. Melgarejo, que preside, nesse momento, a Agapan. Sejam todos bem-vindos. O que está em discussão aqui é o modelo de sociedade, é o que pensamos, como tratamos e como aplicamos esse modelo de sociedade quando somos governo. Falo em nome da minha Bancada, o Partido dos Trabalhadores – deste Vereador e dos Vereadores Adeli Sell, Sofia Cavedon, Marcelo Sgarbossa, Alberto Kopittke e Mauro Pinheiro. Eu e a Verª Sofia estivemos no piquenique em defesa do Jardim Botânico, da Fundação Zoobotânica do Estado do Rio Grande do Sul e também do Zoológico.

Janine, quero dizer que não compreender o papel estratégico que tem uma Fundação Zoobotânica, que trata da essência da natureza; que estuda e elabora a compreensão de sistemas; que pesquisa as plantas e animais; que traz e mantém o inventário da nossa flora e fauna; que aponta os caminhos da evolução da sociedade; que aponta o que temos que preservar e manter, o equilíbrio, para essa sociedade que, cada vez mais, com o princípio da urbanidade, se distancia da natureza... Para nós que entendemos de fazer a política no dia a dia, é um projeto, inclusive, que se pode chamar de bode na sala. Teoricamente, o Governador faz a seguinte leitura: “Essas são instituições fracas”. Por quê? Porque vê a sociedade de uma forma incompreensível sob o desenvolvimento da humanidade, compreende que quem trabalha com processos da natureza e defende a

natureza faz parte de setores fracos ou frágeis da sociedade. A intenção é privatizar, a exemplo do Banrisul, que é uma instituição forte; a intenção é privatizar o DAER, que cuida das estradas, e por aí vai. Refiro-me a esta foto (Mostra fotografia.), que não saiu nos jornais de hoje – não vi, pelo menos –, vejam a intensidade, a magnitude. Estavam lá mais de duas mil famílias – crianças, adultos, idosos, pesquisadores, cientistas, professores –, tratando e discutindo, entendendo e conhecendo muito do que existe lá, que a Fundação Zoobotânica tem na sua essência uma história de luta, uma história de conhecimento, uma história para o futuro, algo que não pode se riscado e apagado a qualquer momento. E o PL nº 300, da Assembleia Legislativa, encaminhado pelo Governo Sartori, prevê, sim, a extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul e a demissão de todos seus funcionários, Prof. Alex, que é biólogo e está aqui conosco. Prevê, sim; é isso que prevê o projeto. E nós, que discutimos todos os dias aqui em Porto Alegre qual é a cidade que queremos, entendemos que a Fundação Zoobotânica, o Museu de Ciências Naturais, que desenvolve vacinas e outras questões, e o Zoológico de Sapucaia são essenciais e que, no caso particular, o Jardim botânico é o coração da capital do Rio Grande do Sul do ponto de vista da preservação e da lógica de desenvolvimento da Cidade. Nós não queremos só cimento, queremos o cimento e natureza, e isso tem que ter um equilíbrio. E esse equilíbrio se faz com projetos, e quem defende esses projetos tem que ser o Estado. Nós não queremos um Estado mínimo; nós queremos um Estado forte.

Portanto, venho aqui em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores para dizer: a Fundação Zoobotânica deve ser mantida tal qual existiu até hoje e precisa ser, inclusive, ampliada, qualificada, estruturada, reconhecida. Já sabem de antemão, Prof. Alex, que a nossa Bancada votará a favor da Moção que o senhor apresentou aqui nesta Casa, para dizer: a Fundação Zoobotânica viverá por muitos anos e terá o nosso apoio. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

A Sra. Sofia Cavedon: Ver. Paulo Brum, gostaria de propor um encaminhamento com referência à Tribuna Popular sem prejuízo às duas Moções. Hoje pela manhã, a Secretária Pellini, antes de entrar no prédio da Sema, conversou com os manifestantes, concordando explicitamente que o projeto é muito ruim. Então, a minha proposta é de que

esta Casa se manifeste formalmente ao Presidente da Assembleia, ao Governador do Estado, solicitando a retirada do projeto, considerando essa opinião, inclusive, da Secretária e a abertura da discussão com a comunidade envolvida. Uma manifestação de solicitação de diálogo, se há boa vontade de alteração e a Secretária Estadual afirma que o projeto é ruim, é muito importante aproveitarmos e reforçarmos a necessidade de construir alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Agradecemos a presença da Sra. Janine Oliveira Araújo, representante da Associação dos Funcionários da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, bem dos funcionários desta instituição. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h09min.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): (15h10min) Estão reabertos os trabalhos. Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Dr. Thiago está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste. O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, prezados colegas Vereadores, eu venho a esta tribuna me manifestar sobre um assunto já bastante conhecido dos senhores e das senhoras. Aqui em Porto Alegre, alguns conjuntos residenciais estão muito assemelhados com condomínios. Na verdade, Ver. Pujol, o que diferencia um condomínio e um conjunto de loteamentos é que, nos conjuntos de loteamento, nós temos a área privada e a área pública, e nos condomínios nós temos a área privada e a área comum, basicamente, é isso. Ocorre que aqui em Porto Alegre - e aqui quero citar, Presidente, nós temos representantes de condomínios tanto da Zona Sul, como da Zona Norte de Porto Alegre. Aqui tem os Jardins do Prado, Verdes Campos e outros condomínios que se encontram aqui nesta Casa, Presidente,

porque nós estamos já, há um tempo, e, eu digo nós, porque este Vereador, juntamente, com o Ver. Thiago, e outros Vereadores mais aqui, já tratamos do assunto, e queremos propor um projeto de forma coletiva. É um assunto que precisa ser tratado de forma coletiva e com a parceria do Executivo. Para aqueles que ainda não sabem, vou tentar explicar minimamente, de forma bem simplificada, vamos dizer assim. O que ocorre, por exemplo, é que eu fiz uma visita agora, há pouquinhos dias, nos Jardins do Prado. O Jardins do Prado tem, aproximadamente, 800 terrenos, tem 700, 800 casas, tem 1050 metros de profundidade, duas ou três vias e mais as transversais. São vias estreitas, que servem tão somente para atender à comunidade, ou às comunidades, como são nos demais condomínios. Todos que adentram ali, vão tratar de assuntos da região daquela comunidade, não atravessa para ir para um outro bairro. Logo, estas ruas, estas avenidas terminam no final do conjunto residencial. O que a maioria desses conjuntos está fazendo de forma precária? E aí é que nós queremos uma parceria do Executivo para, minimamente, darmos condições dessas comunidades colocarem portarias que, em contrapartida, vão facilitar os serviços públicos. Vou citar, novamente, um exemplo, mas são todos parecidos, eu fui visitar o Jardim do Prado, agora há pouquinhos dias. As vias são tão estreitas, que se os vizinhos deixarem os automóveis nas ruas, o caminhão do lixo não consegue passar. O que esses moradores estão fazendo? Estão trazendo, recolhendo lixo, selecionando-o, e estão colocando-o lá na frente para facilitar o serviço público, e estão querendo propor também aos serviços públicos, de modo geral, a manutenção das praças, que, diga-se de passagem, o Executivo também não tem atendido.

Resumindo, senhores, o que essas comunidades estão propondo? Uma parceria com o serviço público, com o Executivo, para que permitam e mantenham ali essas portarias. Eles, em contrapartida, vão facilitar os serviços do DMLU, da SMAM, do DEP, enfim, cada caso é um caso, Ver. Kevin, que é Líder do Governo. Essas comunidades estão aqui, Presidente, e eu quero propor que, minimamente, possamos nos deslocar em uma Comissão de Vereadores para atendermos esses cidadãos que aqui representam as comunidades, para enfrentarmos, concretamente, uma proposta coletiva – já a temos por escrito, Ver. Cassio, já que vários Vereadores já trataram do assunto. Essas comunidades estão sem o amparo do Poder Público. Não há a prestação de serviços como deveria haver, e eles não querem nada de graça – isso é bom que se entenda! –, pelo contrário,

ocorrendo essa condição especial para as comunidades, o Poder Público terá menos trabalhos a serem executados nessas comunidades.

Então, Presidente, vou lhe pedir, encarecidamente, que nos permita que, com uma comissão de moradores, possamos, aqui, no auditório ao lado, ouvir essas comunidades e dar encaminhamento para V. Exa., para os Vereadores Kevin Krieger e Cassio Trogildo e para os demais que se dispuserem a participar desse Grupo de Trabalho. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O.k., Vereador, V. Exa. está autorizado a comandar.

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Adair Batista Antunes, músico, compositor, carnavalesco, jornalista, Presidente do Sindicato dos Músicos de Porto Alegre. Certamente, o mundo cultural de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul está de luto no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O Sr. Engº Comassetto: Sr. Presidente, o Ver. Bernardino trouxe um tema muito relevante, sobre o qual tivemos a oportunidade de tratar no Jardim do Prado e outros. Conversei com os colegas da Comissão de Urbanismo, Transporte e Habitação que estamos à disposição, através da sua iniciativa, fazemos um debate na CUTHAB e encontrarmos uma solução em nome de toda a Câmara de Vereadores. Se o senhor assim desejar, a CUTHAB já convida, com a anuência desta Casa, para fazermos o entendimento desses problemas que são além do urbanismo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Perfeito, Vereador. A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu venho a esta tribuna agora, em nome do Partido Comunista do Brasil, e quero falar sobre o dia de ontem,

sobre os cartazes de ódio e do desconhecimento da história do País, da banalização do corpo em exposições ridículas. A direita fascista no comando, e muitos como massa de manobra, dos que, anteriormente, governaram este País e levaram esta Nação à maior situação de entreguismo, de desemprego e de miséria foram a tônica desse domingo. Um domingo de violência explícita e de indução ao crime. O que os cartazes diziam que queriam que todos fôssemos mortos na ditadura e outro de que a Presidente Dilma tivesse sido enforcada no DOI-CODI, quero dizer que estamos junto, inclusive com os que de nós vieram, porque nós não formamos filhos e militâncias para deixar a Nação brasileira retroceder em função dos interesses fascistas, de direita e de conservadores. Nós estamos vivos e prontos para defender um Brasil com Dilma Presidente, que avance mais nas mudanças, que robusteça a democracia e a soberania, que desenvolva alianças com os trabalhadores, principalmente, e com setores estratégicos e patriotas, ainda mais o nosso Brasil, que reforce a justiça social, que não permita a intromissão de impérios em nossa Nação e que, com revolucionária paciência, unidade, luta e amplitude, enfrente a barbárie e faça vitoriosa a civilização! A Nação Brasileira, pela qual tanto lutaram, pela qual tantos morreram, pela sua redemocratização, não pode retroceder. Os protestos murcharam, mas o ódio cresceu. O fracasso é significativo, se considerarmos que o PSDB, desta vez, usou as suas inserções de rádio e TV para convocar uma manifestação de ódio, uma manifestação de violência. Oposição que fomenta ódio não tem moral, não tem prestígio, e assistir o crescimento do espírito de ódio e violência, eles, pessoalmente, assistiram. Seu plano de uma oposição inconsequente foi derrotado. Diminuiu o número de participação e vergonhosas manifestações de ódio...

Dia 20, e já conclamo, aqui desta tribuna, aos democratas, aos patriotas, aos movimentos sindicais, populares, dia 20 de agosto nós estaremos nas ruas, aqueles e os que vieram depois, que eles queriam que tivessem sido mortos na ditadura. Nós estaremos na rua, com bandeiras altas, vigorosas, unitárias, civilizatórias, com a história na mão, e não retirando a história daqueles que vieram depois, numa sórdida articulação política de uma oposição falida, de uma oposição que não resolveu, quando governo; pelo contrário, aprofundou a desgraça da Nação brasileira.

Nós estaremos na rua com a história na mão, com passos decisivos, no sentido de garantir a caminhada certa de um Brasil que, hoje, inclusive, é referência no concerto das nações em luta por liberdade, por direitos, por igualdade, por desenvolvimento e paz.

Há uma guerra de movimentos, sim, há polos em confronto; confronto de projetos: ou avançamos ou retrocedemos. Acirram os ânimos para desencadear maior aversão à política. Isso é ruim para o Brasil, despolitização da sociedade brasileira, é sinônimo de retrocesso, de entreguismo, de derrota da nossa ainda frágil democracia. Os mesmos que hoje acirram a intolerância dividem o País, transformam manifestações, como as de ontem, em processos de oradores de violência. Nós, do PCdoB, militamos, fomos presos, mortos e torturados, sofremos a violência da Ditadura. E quero dizer, em nome da minha Bancada, com todas as letras: se nada a Dilma tivesse feito, quando ela mentiu para o DOI/CODI, ela salvou milhares de vidas de brasileiros. E essa oposição inconseqüente do povo, ontem, com cartazes na mão, dizia que deveriam ter matado a nossa Presidenta Dilma no DOI/CODI. Ela tem muito a fazer. E nós, do PCdoB, queremos que Dilma faça mais, mas nós não queremos o retrocesso democrático da Nação brasileira.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; quero, nesta oportunidade, saudar todos que estão aqui compondo as nossas galerias, famílias, amigos, amigas, todos que vieram acompanhar a Sessão plenária na tarde deste dia. Também quero saudar a Associação dos Funcionários da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul; parabenizá-los pela mobilização e dizer que nós estamos atentos a esse processo e, como membro do PTB – Partido Trabalhista Brasileiro -, acompanhando aquilo que é a reivindicação de cada um de vocês.

Neste momento do Grande Expediente, nós temos a oportunidade de falar aqui de algumas questões a respeito do mandato que estamos desenvolvendo aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre. Portanto, em primeiro lugar, quero iniciar saudando a Ver.^a Jussara Cony pela sua manifestação. Sempre admirei a colega Ver.^a Jussara pela sua coragem e hoje, mais uma vez, a admiro pela coragem de vir fazer esse discurso sob esse ponto de vista, sob esse prisma.

Mas me permita apenas dizer que o que vi nos noticiários foi exatamente que as manifestações que aconteceram não foram de violência, elas foram manifestações

pacíficas, com famílias presentes nas ruas, inclusive não só em Porto Alegre, mas em todo o Brasil. É o que foi difundido nos noticiários, e não manifestação de ódio e violência. Manifestação de ódio e de violência foi aquela realizada pelos *Black Blocs*, que, efetivamente, depredaram, destruíram patrimônio privado, patrimônio público – isto sim foi manifestação de ódio e violência. Agora, a manifestação de ontem foi pacífica, de famílias. Como sempre, em todo e qualquer lugar, em toda e qualquer manifestação, existem pessoas infiltradas, mas a manifestação de ontem, com certeza, foi uma demonstração de uma parcela da sociedade brasileira que busca e espera uma mudança da política nacional.

Eu também quero aqui, neste momento, fazer uma reflexão a respeito do trabalho que estamos desenvolvendo como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, tendo como colegas os Vereadores Pablo Mendes Ribeiro, Waldir Canal, Márcio Bins Ely, Lourdes Sprenger e Nereu D'Avila. Na CCJ, nós fazemos sempre uma análise preliminar, uma análise da exequibilidade, da constitucionalidade dos projetos de lei que chegam a esta Casa Legislativa, sejam eles oriundos do Executivo ou de um colega, a proposição de um Vereador. E, na CCJ, temos o papel de fazer esta análise em caráter preliminar. Preliminarmente, analisamos, portanto, as ações e também se o projeto é constitucional ou não.

Estamos enfrentando e já enfrentamos algumas matérias ao longo deste ano, mas temos mais para enfrentar, matérias que estão por vir. E, obviamente, vamos fazer este enfrentamento sob o ponto de vista da legalidade, analisando o verdadeiro aspecto constitucional daquilo a que nos propomos efetivamente a enfrentar.

Temos tido, sim, na CCJ, uma análise que tem um princípio de avaliar de forma muito detalhada cada projeto dentro da sua especificidade e com base no que nos é proposto, através da nossa lei municipal. Nesse sentido, quero agradecer aos colegas que têm trabalhado conosco. O Ver. Maroni também compõe a CCJ. Nesse sentido, estamos avançando na discussão de alguns projetos de lei.

Outra questão a que também quero aqui fazer referência é a respeito da nossa última reunião do Orçamento Participativo, que foi no dia 13, no Centro de Eventos da Região Sul, e lá houve uma mobilização da comunidade da Vila dos Sargentos, do bairro Serraria, que busca melhorias para a rua onde moram, Rua B. Aliás, temos um projeto de lei aqui na Câmara dando nome a essa rua, que é justamente homenageando um dos

moradores que foi um dos patriarcas, um dos fundadores daquela rua; estaremos nominando essa rua. Os moradores se mobilizaram e foram ao Orçamento Participativo, elegendo delegados e, nesse sentido, então, reivindicando a melhoria para a sua rua, para o bairro onde moram. Eu quero parabenizar os moradores da Rua B, da Vila dos Sargentos, lá da Serraria, que fizeram essa mobilização, acreditando que a democracia popular e participativa efetivamente logra seu êxito a partir do momento em que a maioria estabelece suas escolhas.

Também quero referir que na última sexta-feira participamos do Dia do Orgulho Periférico, um trabalho que é realizado nas periferias da cidade de Porto Alegre. Esse dia foi marcado ali no Parque Industrial da Restinga, no Estúdio Multimeios. Quero aqui trazer também a minha palavra de parabenização ao Luciano Moucks, também ao Luciano Antônio Pereira, que são os protagonistas, lá no bairro Restinga, desse trabalho tão especial no que diz respeito à periferia, no que diz respeito à busca da cultura para as pessoas que têm muita necessidade. Parabenizo o Luciano, o Luís e tantos outros. Lá teve a apresentação de um vídeo – resultado da captação de verba pública do BNDES -, através das verbas que são destinadas à cultura, eles fizeram a produção de um vídeo que todos deveriam ver, muito interessante, que é a demonstração da cultura periférica. Nós, obviamente, estávamos lá prestigiando esse momento, até porque, aqui na Câmara Municipal de Porto Alegre nós votamos, há pouco tempo, o Plano Municipal da Cultura, e, entre tantas iniciativas louváveis do Governo, entre tantas iniciativas louváveis e emendas apresentadas por colegas Vereadores dos mais diversos partidos, eu também propus uma emenda. A emenda que propus tirava a destinação de verba apenas para a região central, ou seja, propunha a descentralização da verba, levando, portanto, os recursos às periferias, aos locais mais longínquos, onde estão as pessoas, muitas vezes, com mais necessidade. Através dessa emenda parlamentar, que foi votada e aprovada aqui na Câmara, nós, hoje, dentro do Plano Municipal da Cultura, temos essa nova perspectiva na convicção e na certeza de que as verbas serão destinadas no que diz respeito à cultura, à produção da cultura para todas as pessoas, não somente as da região central, mas de todos os bairros espalhados pela nossa Cidade.

Eu também gostaria de fazer aqui uma referência de que nós estamos atuando na Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Desde o início desta Legislatura, neste mandato, eu estou na presidência da Frente Parlamentar de Defesa

dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ver. Adeli Sell – é uma alegria tê-lo conosco aqui –, cuja primeira presidente foi a então Ver.^a Maria do Rosário, com sua experiência no trabalho realizado na área da infância e da juventude. Eu fui Conselheiro Tutelar por seis anos nesta Cidade – de 2001 a 2004, e de 2004 a 2007 –, então, naturalmente, estamos envolvidos na presidência da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. A nossa última reunião foi de uma importância extrema, porque tivemos a presença do Delegado Fernando Casarin, da Polícia Federal, e o Delegado nos trouxe uma exposição, uma palestra sobre crimes informáticos, é assim que se fala – crimes informáticos –, que são os crimes da Internet. Obviamente, a Polícia Federal trabalha muito com questões de cunho internacional, mas o Delegado Fernando Casarin nos trouxe um olhar, uma perspectiva a respeito da importância de haver uma vigilância por parte das famílias, por parte dos pais, nos lares, no sentido de darem a orientação devida a seus filhos quanto ao acesso à Internet, porque muitas meninas, muitos meninos de dez, onze anos de idade são vítimas de pedofilia e, depois, até de abuso sexual. E a porta de entrada, muitas vezes, é a Internet, é o Facebook, é o Skype, são as redes sociais. Se não houver vigilância, as redes acabam facilitando o acesso de criminosos a essas famílias. Ele nos deu o exemplo de um criminoso que abusou sexualmente de uma adolescente. O delegado perguntou para o criminoso: “Mas como é que você soube, como é que você aprendeu a rotina dessa família?” Ele disse, o criminoso: “Eu monitorei a família 12 dias pelo Facebook, pela linha de tempo do perfil do pai, pela linha de tempo do perfil da mãe e da menina, da adolescente. Ela fazia *check-in* na hora em que saía de casa, o pai fazia *check-in* na hora em que saía do serviço [uma família de classe média-alta], na hora em que estava chegando na escola – ‘pegando minha filha!’ –, fazia uma *selfie* com a filha dentro do carro.” Doze dias de monitoramento do criminoso – o Delegado Fernando Casarin nos contou – foi o suficiente para entender a sistemática, a rotina dessa família e estabelecer a forma do golpe, a forma do acesso a essa menina, que resultou em um estupro consumado, algo muito drástico e terrível que aconteceu com essa menina e com essa família.

Portanto, a Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente está executando a missão a que veio, que é realmente esclarecer, trabalhar em cima dos temas que são ligados diretamente ao tema da infância e da juventude.

Por fim, quero dizer que estou vindo de um final de semana muito feliz, quando tive a oportunidade de estar realizando um trabalho pessoal na cidade de Passo Fundo. Lá pude conhecer a Casa Vitta, uma casa que desenvolve um trabalho extraordinário de recuperação de drogados na cidade de Passo Fundo. Eu quero encerrar este meu discurso trazendo aqui a minha impressão sobre o Grupo Vitta, que, há 13 anos, tem trabalhado na cidade de Passo Fundo, atendendo e recebendo pessoas que são dependentes químicos não somente de Passo Fundo e região, mas de todas as cidades do Estado. Aqui vai uma palavra de parabenização ao idealizador da Casa Vitta, que é o Sr. João de Oliveira de Souza, e também ao psicólogo, Dr. Iberê, que está à frente na gerência da Casa Vitta e tem desempenhado um trabalho extraordinário. Meus parabéns a todos daquela comunidade terapêutica que têm atuado, e parabéns a todos que lá estão, se esforçando para obter a libertação das drogas e uma vida melhor com a reinserção na sociedade. Muito obrigado a todos pela atenção e uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): (15h42min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Aprego a Emenda nº 07, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, ao PLCL nº 024/13.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alberto Kopittke, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 07 ao PLCL nº 024/13 à apreciação das Comissões, para Parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O Ver. Kevin Krieger solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 24 a 27 de agosto de 2015. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego o Memorando nº 1685/15, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, que solicita autorização para representar esta Casa no seminário Mulheres Construindo o Direito à Cidade, na cidade de Natal/RN, no período de 7 a 8 de agosto de 2015; na Palestra para Professores, no dia 10 de agosto de 2015; e no evento 5ª Marcha das Margaridas, em Brasília, no período de 11 a 12 de agosto de 2015, com custeio de viagem.

(O Ver. Mauro Pinheiro assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em discussão o PLE nº 004/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 158/11. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLL nº 158/11.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Ver. Mauro Pinheiro; colegas Vereadores e Vereadoras, quando do meu último mandato nesta Casa, em 2011, protocolizei esse projeto de lei, porque já vivíamos e continuamos vivendo uma grande tragédia na questão da circulação de motos, não só em Porto Alegre, mas nas principais cidades do País. Lastimavelmente, a cada dia, quase a cada hora, principalmente os jovens perdem suas vidas no trânsito, especialmente na condução de motos, muitos deles trabalhadores de empresas de entrega, além de pessoas que não têm tido nenhum cuidado com a sua vida e nem com a dos outros. Essa é uma discussão que vem de pessoas que são profissionais dessa área, que me foram trazidas ideias por pessoas da Polícia Rodoviária Federal, do Sindicato dos Motociclistas e outras profissionais. Num primeiro momento, Ver.^a Fernanda Melchionna, eu até pensei em fazer um simples pedido à Prefeitura, discutir com a Prefeitura um espaço. Depois me dei conta que, sob o ponto de vista da legalidade, tudo aquilo que é precário pode ser mexido posteriormente. Convenci-me que, nesse caso em especial, cabia um projeto de lei legislativo: vontade da população colocada ao Poder Público Municipal; em aprovado, para que esse execute.

E é por isto que eu estou aqui: para solicitar apoio das senhoras e dos senhores para nós possamos ter, num ponto a ser combinado na Cidade... Ver. Paulinho Motorista, V. Exa. sabe o que é o perigo das vias em Porto Alegre e nas grandes Cidades. Não haveria e não poderá haver gasto, porque, caso contrário, poderia haver questionamentos por parte do Poder Executivo; portanto, não será feita uma obra pública, será feita uma campanha junto a instituições e à sociedade civil, quem sabe, inclusive, com o concurso colaborativo do sindicato dos motoristas, dos cobradores, de várias instituições que nós temos aqui em Porto Alegre.

Eu sou, inclusive, o autor do projeto Na Cidade sem Meu Carro, que acontece dia 22 de setembro, coisa que já estava havendo em alguns países da Europa central e resolvi, com discussões aqui, trazer essa ideia para marcar um dia na cidade de Porto Alegre. Felizmente, depois da aprovação dessa minha lei, todos os anos se faz alguma coisa no dia 22 de setembro.

Eu agradeço ao meu colega Ver. Eng^o Comassetto, que desarquivou esse projeto de lei, por isso que pode ser discutido nas Comissões, e vejo a importância, Ver. Prof. Alex Fraga, que a CCJ, que é a Comissão que verifica o óbice ou não, tenha aprovado, assim como houve aprovação em todas as Comissões.

O Sr. Kevin Krieger: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Caro Vereador Adeli, uma das nossas preocupações em relação ao seu projeto, que a gente acha importante, é a questão das despesas do Executivo, e tu acabastes de falar que a ideia do projeto de lei é que possa se fazer uma campanha publicitária, e a sociedade civil financiar o monumento. Dentro do projeto tem alguma especificação para isso? Esse é o questionamento que eu lhe faço.

O SR. ADELI SELL: O projeto, exatamente, não coloca a questão sob a responsabilidade do Poder Público Municipal, está explicado que será feito uma campanha; inclusive, nós sabemos que, se as grandes marcas forem inteligentes – eu, espero que elas sejam mais do que inteligentes – vão bancar esse projeto. Hoje é o último dia que eu substituo o meu colega Sgarbossa, e quero agradecer-lo por ter tido essa possibilidade, aqui, Ver. Nedel de o substituir. Eu ajudarei, a começar com o Líder do Governo Kevin Krieger – posso ser chamado e marcarei uma reunião com instituições –, para que nós possamos fazer, imediatamente, uma campanha, assim que o Prefeito sancionar essa lei. Eu, felizmente, tenho tido uma relação importante com o Executivo Municipal, sou autor de uma lei que até poderia ser questionado aqui como vício de origem, que foi o bônus-moradia, e vejo que 800 famílias se beneficiaram dessa minha lei, porque o próprio Executivo deu chancela.

Portanto, não basta apenas aprovar o projeto aqui – faremos uma grande campanha na Cidade. Quero me colocar, portanto, como cidadão, à disposição dos colegas Vereadores, da sociedade civil, e com a chancela do Prefeito eu tenho a convicção, Ver.^a Sofia, de que

nós teremos condições de fazer o monumento na Cidade, para que seja de fato impactante. Inclusive, já temos a ideia de um artista plástico, como seria, e seria de fato altamente impactante, se nós chegarmos ao denominador comum sobre a localização, que depende, evidentemente, de um estudo do Executivo.

A Sra. Sofia Cavedon: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Apenas para lhe parabenizar, Ver. Adeli. Com a sua curta estada nesses dias aqui já mostrando que tem iniciativas. Como sempre foi um Vereador muito atuante, a gente fica feliz, parabéns! Sobre esse tema, nós sabemos como são graves os acidentes de motos e as inúmeras mortes com os motociclistas. Então, o monumento cria consciência, chama a atenção, trabalha na educação; então ele é muito bem-vindo.

O SR. ADELI SELL: Porque uma das questões que nós gostaríamos de trabalhar é exatamente esse processo educativo e reeducativo, Ver. João Bosco Vaz, tenho certeza de que, assim que aprovado, poderei discutir com a nossa querida Secretária de Educação para que as escolas, ao verem o monumento, comecem a estudar as razões pelas quais existe esse monumento.

Eu também não poderia deixar de registrar que, hoje, é o Dia Nacional do Patrimônio Histórico. Faço esse registro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o PLL nº 158/11. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 158/11, como autor.

O SR. ADELI SELL: Voltei a esta tribuna, Presidente, porque as pessoas têm me perguntado exatamente sobre as questões dos custos. O projeto é claro, cristalino e objetivo. Nós estamos falando aqui que o monumento de que trata essa lei terá como centro a Cruz das Missões e conterà uma placa com os seguintes dizeres: “Memorial às vítimas de acidentes ocorridos com motociclistas no Estado do Rio Grande do Sul”. Não tem nenhum artigo que responsabilize o Poder Público Municipal, em absoluto. Quem deve fazer a execução, porque determina o local, Ver. Kevin Krieger, é a Prefeitura com a iniciativa privada. Na nossa justificativa, nós estamos mostrando exatamente essa

questão de que a responsabilidade é da sociedade civil, com os objetivos de: despertar, através do monumento, a conscientização dos condutores e passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores para que uma educação no trânsito com mais segurança e cidadania seja possível; diminuir o número de acidentes; promover uma reflexão crítica sobre a temática do trânsito, etc. Fases da execução: apresentação do projeto às autoridades, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, etc. Escolha e aprovação, pelas autoridades municipais de Porto Alegre, do local para a construção, o público que se queira atingir. Enfim, na exposição de motivos nós colocamos detalhadamente essa questão. Sobre o custo: será mensurado pela Administração, pela Prefeitura e pelas empresas privadas que mostrarem interesse em participar do projeto. Portanto, não há nenhuma responsabilização por parte do Poder Público Municipal na construção. O que a Prefeitura deve fazer é determinar o espaço. Por isso o projeto deixa em aberto, mas toda discussão ou documento que recebi está mostrando que é a iniciativa privada, as organizações que farão esse movimento. Hoje podemos, inclusive, com as novas modalidades como o iCloud, que se faz pela Internet, conseguir os recursos necessários para a construção desse monumento. Então chamo o voto das colegas e dos colegas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 158/11.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, como a posição sobre esse projeto está sendo construída no plenário, venho aqui fazer o encaminhamento para pedir entendimento, mas não quero que seja tempo perdido, ao contrário. Quero falar das proposições dos monumentos públicos na cidade de Porto Alegre. Considero que arte pública é parte da identidade de uma cidade. Muitos de nós fazemos inúmeras fotografias quando viajamos. E nós não nos damos conta e não paramos para admirar e usufruir a nossa arte pública em Porto Alegre, um pouco porque ela está banalizada e outro porque não está valorizada. Nós temos uma belíssima estátua da mamãe e bebê aqui junto ao Centro Administrativo, no entanto está num lugar que não dá para chegar perto, nem fazer uma atividade na Semana da Amamentação, na primeira

semana de agosto. Ela não está bem preservada, assim como a maioria dos monumentos da nossa Cidade. Por isso é importante que iniciativas como a do Vereador, que se construa monumento, eu sugiro, eu sei que o projeto não diz isso... Primeiro, ele é prudente, não propõe local; segundo, não propõe a forma. Eu acho que a forma é de um concurso público, para que os artistas pensem na temática e construam alternativas para que a Cidade ganhe mais um monumento. Mas um monumento, de fato, resultado da investigação, do investimento de artistas, da valorização, da construção de critérios, da construção de um processo republicano de instalação. E aí haveria a apropriação pela Cidade desse monumento. Eu sei que não interessa nem ao Vereador e nem a nós um lugar morto, um lugar que não diga nada, que não chame a atenção e, pior, que fique sendo depredado. Então, ao lado dessa iniciativa meritória e importante, que dá toda a gestão à Prefeitura de Porto Alegre, que, através de um edital público, pode buscar parcerias para construir esse monumento, mas principalmente, ao ser assumido pela municipalidade, ele entra num processo dos demais monumentos.

Vejam que o nosso monumento aos Açorianos será restaurado, o mais belo monumento, maior monumento que temos, representativo da história e de uma época da nossa Cidade. Nós precisamos ter uma política permanente de manutenção, preservação e sensibilização para o cuidado, para a valorização da arte pública.

Então, essa arte que o Ver. Adeli está propondo terá um sentido de alerta, de chamar a atenção, de conscientização, de promoção da educação para o trânsito, do cuidado para o trânsito. E isso não pode ser, primeiro, um processo que não tenha participação, ampla divulgação. Por isso é importante que a indicação da nossa Casa tenha todos esses espaços abertos, para que se construa uma maneira já no processo que mobilize e depois uma apropriação tal da Cidade, que faça com que esse monumento seja cuidado, faça sentido e, principalmente, seja uma obra de arte respeitável nas suas características técnicas, na sua beleza estética. Por isso eu defendo um concurso público entre os artistas. É meritória a iniciativa do Ver. Adeli. Em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, solicito a aprovação pelo conjunto dos pares.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 158/11.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; Ver. Adeli, dirijo-me a V. Exa. para dizer que votarei no seu projeto. É que estava um zum-zum-zum no plenário de que o senhor estaria criando despesa para o Município. Obviamente, com a sua experiência, sabe que nós não podemos fazer isso. Eu vejo que o projeto, que irá virar lei e que será sancionado, sem dúvida, pelo Sr. Prefeito, apenas institui esse monumento.

Eu também vim aqui dar um exemplo: fiz um projeto igual a esse há alguns anos, que já é lei, que foi o monumento em homenagem ao taxista morto em serviço. Nós fizemos uma solenidade em que os taxistas se reuniram e se cotizaram para fazer esse monumento: uma pedra muito bonita que está na Rótula das Cuias. Então, eu quero dizer a V. Exa. – vou ser rápido – que votarei favoravelmente. É uma bela iniciativa. Esse pessoal merece; todos esses grupos, todas as pessoas que têm uma causa devem sempre ser apoiadas por esta Casa, independentemente de cor partidária, independentemente de qualquer discussão política.

E, para encerrar, meio fora do assunto, Vereador, eu quero dizer o que já falei aqui na semana passada: não entendo por que fechar a Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul e a Zoobotânica. Eu já fiz um discurso na semana passada: a Fundergs tem trinta e poucos funcionários, não gasta R\$ 2 milhões por mês. Já fecharam a Secretaria de Esportes, e a Fundergs poderia e pode captar, assim como a Zoobotânica pode. Há outros órgãos sem nenhuma importância no Estado que poderiam ser fechados. Muito obrigado. Desculpe-me por ter saído da pauta, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em votação o PLL nº 158/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**
Em votação o Requerimento nº 103/15. (Pausa.)

A Sra. Mônica Leal (Requerimento): Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Ver. Prof. Alex Fraga para que transforme a sua moção de repúdio em moção de apoio à Fundação, contra a sua extinção ou privatização. Nós vimos que praticamente todas as bancadas se manifestaram, mostraram-se a favor da Fundação. Então, eu gostaria de

sensibilizar o Ver. Alex para que ele transformasse esta moção de repúdio numa moção de apoio para a preservação, a manutenção da Fundação Zoobotânica.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Está feito o registro. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 103/15, como autora.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, enquanto o Ver. Alex vê a viabilidade de atender à solicitação da Ver.^a Mônica, para nós é importante – tenho certeza de que falo em meu nome e em nome do meu colega biólogo e ativista Alex Fraga e de todos e todas que têm acompanhado esta luta e este processo de verdadeira apreensão que estamos vivendo no Estado do Rio Grande do Sul. Dirijo-me à Janine e aos ativistas que seguem até esta hora conosco, estão desde as 14h aqui na Câmara de Vereadores, num processo de mobilização que vem durando semanas, desde que foi protocolado na Assembleia Legislativa, no dia 8 de agosto o Projeto de Lei nº 300/15, que está bem claro, dizendo que visa a autorizar a extinção da Fundação Zoobotânica e dá outras providências.

O projeto, além de extinguir este equipamento ambiental, histórico, que fomenta a biodiversidade, que fomenta a proteção aos recursos naturais, que fomenta a proteção à fauna e à flora, que fomenta o Museu de Ciência Naturais, que fomenta o Jardim Botânico de Porto Alegre, que fomenta o Zoológico de Sapucaia, que tem nos seus quadros, 245 profissionais, a maioria com doutorado, mestrado, pesquisadores que propõem e promovem pesquisas de ponta, que captam recursos, que fizeram captação. E foi trazido, hoje, aqui, pela Janine, na Tribuna Popular, de maneira brilhante, como a Fundação Zoobotânica garante economia nos recursos públicos, porque apenas no Plano de Manejo do Delta do Jacuí, que, com uma empresa privada, com uma área menor, gastou-se quase R\$ 1 milhão; com a Fundação Zoobotânica foram menos de R\$ 200 mil gastos para fazer um Plano de Manejo exemplar, que, infelizmente não foi executado ainda pelos governos. Mas os pesquisadores, os ativistas assim o fizeram. A Fundação Zoobotânica, que representa 0,045% do Orçamento estadual, a Fundação Zoobotânica, que tem apenas três cargos comissionados, e se o Governo Sartori quiser extingui-los, para nós, não há problema nenhum. Agora, extinguir o patrimônio do nosso Estado, de mais de 42

pág. 31

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
075ª Sessão Ordinária 17AGO2015

anos de história, a Fundação de Esporte e Lazer, a Fundação de Proteção e Pesquisa em Saúde, extinguir essas fundações que contribuíram e contribuem ao longo dos anos para o desenvolvimento do Estado é inaceitável. Imaginem vocês a apreensão de todos nós com uma das maiores belezas naturais do Município de Porto Alegre, como é o Jardim Botânico da nossa Capital, que viveu, na tarde de ontem, um piquenique organizado pela comunidade, junto com as entidades, como a Agapan, demonstrando o carinho que a população de Porto Alegre tem com a Fundação Zoobotânica e com o Jardim Botânico da nossa Cidade.

Sabemos as extremas dificuldades financeiras do Governo Estadual, sabemos que é necessária uma política que combata a sonegação de impostos, que acabe com a isenção de ICMS para as grandes empresas. Achamos que é fundamental uma frente que garanta a suspensão do pagamento da dívida com a União, que massacra os recursos públicos estaduais. Uma dívida que já foi paga, uma dívida que começou em R\$ 10 milhões e todos os meses foi paga, religiosamente, pelos governos que passaram; mas com uma taxa de juros flutuante, vocês acreditam que essa mesma dívida que foi paga todos os anos hoje chega a R\$ 55 bilhões? Nós estamos solidários com a luta do funcionalismo público, que está dizendo que não quer a conta da crise econômica nas suas costas, mas assim também acontece com os funcionários da Fundação Zoobotânica, com o povo da nossa Cidade, o povo do Rio Grande, que não quer pagar por um dano irreversível, do ponto de vista do meio ambiente e da biodiversidade, que é o que a extinção da Fundação Zoobotânica significaria; uma crise que o nosso povo não fez, uma crise que o nosso povo não gerou e está sendo onerado pela irresponsabilidade dos governos que nunca questionaram essa dívida impagável.

Hoje, o nosso Deputado Estadual Pedro Ruas lançou a Frente Estadual pela Suspensão do Pagamento da Dívida. Eu fiz esse *link* com a dívida pública para dizer de onde podem sair os recursos para garantir economia aos cofres públicos sem o massacre, sem o sacrifício, sem os verdadeiros ataques que estão sendo propostos pelo Governo Sartori – a questão da previdência, da extinção e da privatização das fundações, a questão da redução da aposentadoria dos brigadianos, o parcelamento do salário dos trabalhadores estaduais, como nós vimos na semana passada.

Quero concluir dizendo que é importante essa posição da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que a gente possa se somar com as centenas, os milhares de ativistas, de

trabalhadores, de pesquisadores e de ambientalistas que estão saindo às ruas da nossa Capital contra a extinção da Fundação Zoobotânica, a favor desse patrimônio. Nós sabemos que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre pode e deve aprovar por unanimidade esta Moção proposta pelo Ver. Prof. Alex Fraga e assinada por mim como forma de fortalecer a luta de vocês e como forma de que a pressão aumente e que a gente garanta a manutenção da Fundação Zoobotânica.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 103/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Ver. Paulo Brum, enquanto construímos uma formatação que manifeste o conjunto da opinião dos Vereadores e dos partidos, porque isso é muito importante, e aí quero cumprimentar os ativistas que promoveram um belíssimo piquenique, e a reação da sociedade, linda, dos universitários, dos professores, das famílias, dos ambientalistas, da sociedade em geral que amam o Jardim Botânico, que amam o meio ambiente, que não quer mais recuos na proteção da nossa biodiversidade, no cuidado com a aprovação de projetos, na preservação das espécies da fauna e da flora, e de todos os elementos que compõem a resistência contra a depredação e contra o extermínio de nossa mãe terra, que é o que vem acontecendo quando se enfraquecem os órgãos protetores do meio ambiente, pesquisadores e investigadores. Quero, independente se for repúdio ou apoio, repudiar a proposta, a forma que o Governador vem encontrando - ou acha que encontra - saídas para a crise do Estado do Rio Grande do Sul. Não é possível entender que se livrando de patrimônios fundamentais como a Fundação Zoobotânica, como a Fundação de Pesquisa, como a Fundação de Esporte e Lazer, o CETE, todas as entidades e instituições que pesquisam e produzem políticas que subsidiam, livres do mercado, com a autonomia que o Estado Público tem que ter, porque a pesquisa não pode ficar nas mãos de quem paga por ela e a influencia para seus negócios, para sua intenção econômica e de renda, e essas Fundações todas, são exatamente estratégicas por conta disso. De outro lado, temos um

Tribunal Militar que já poderia estar extinto se a base do Governo concordasse com isso - e a Ver.^a Mônica acena que sim -, que tem um custo importante, mas não tem utilidade nenhuma, vamos ganhar com isso porque vamos ter, na verdade, uma melhor justiça, olhando para a ação da Brigada aqui no Estado do Rio Grande do Sul. Quero dizer que repudiamos a extinção, que apoiamos e fortalecemos, e aqui falo em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, também porque, Vereador, já disseram, mas vou repetir, porque eu acho que muitas vezes as pessoas reduzem a Fundação: “Ah, tem lá o Jardim Botânico, qualquer um pode manter; tem lá um zoológico que qualquer um pode manter”, no entanto temos, como dizia o Professor Brackett, Arcas de Noé, com espécies preservadas, recuperadas, cultivadas, fornecidas, como é a produção de mudas nativas que têm no Jardim Botânico, ou a proteção dos animais que têm no Zoológico. Mas quero chamar a atenção para a produção do soro antiofídico, sei que já foi falado aqui, a Fundação é a responsável por coordenar a lista de espécies ameaçadas de extinção. É a única instituição que executa pesquisa e monitoramento da biodiversidade para subsidiar as políticas públicas. É o único órgão que mantém acervos vivos de espécies de flora ameaçadas de extinção; e que faz o monitoramento da qualidade de poluição do ar e dos organismos vivos. É único órgão comprometido com a Secretaria de Meio Ambiente sustentável e com a Fepam na elaboração de instrumentos e diretrizes de gestão.

Nesse sentido, quero fazer um parêntese, já falei no encaminhamento, hoje a Secretária Ana Pellini desceu e conversou com os manifestantes, afirmando que o projeto é muito ruim, porque, pura e simplesmente, extingui e, ainda, define demissão dos funcionários. E disse: “Foi construído sem debate conosco, sem debate com ninguém”. Foi no bojo de reduzir contas no Estado! Isso não é possível! Portanto, nem a Secretária do Meio Ambiente, com quem nós temos muitos questionamentos, concorda com o projeto que lá está.

Ainda, a Fundação coordena e elabora projetos de cooperação internacionais importantíssimos para a preservação ambiental e aumento de renda dos produtores. Elaborar planos de manejo em diversas áreas de conservação e preservação ambiental. Mantém um plantel de mais de mil animais do Zoológico de Sapucaia, onde centenas de milhares de pessoas adultas e crianças – a educação também é realizada ali, com as escolas – aproveitam aquele belíssimo Zoológico. Nesse sentido também, o Museu de Ciências Naturais. Única instituição pública estadual do Rio Grande do Sul credenciada

pela União como fiel depositária de amostras de componentes do patrimônio genético, mantendo convênios de cooperação com universidades e agentes estaduais e federais. Então, extinguir a Fundação é, de fato, dizer que o Estado não serve, não tem serventia nenhuma, é desrespeitar um patrimônio, despeitar a vida. Boa luta! Isso não pode passar! Longa vida à Fundação Zoobotânica. (Palmas.)
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigada, Vereadora. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 103/15.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde a todos presentes, em especial aos funcionários da Fundação Zoobotânica que acompanham a Sessão de hoje e se manifestaram na Tribuna Popular; Vereadores e Vereadoras; público que nos assiste pela TVCâmara. Bom, o assunto em pauta, a Moção de Repúdio à extinção ou privatização da Fundação Zoobotânica está mexendo bastante com a sociedade porto-alegrense e com a sociedade gaúcha. Todos que subiram aqui e falaram no microfone de apartes demonstraram a sua preocupação e o seu apoio a essa instituição que presta um serviço essencial à nossa sociedade. Por conta, digamos assim, de diferenças de interpretações, nós estamos agora trabalhando numa nova redação para essa Moção. Fiquei sabendo, hoje, quando cheguei ao plenário, que o Ver. Airto Ferronato também manifestou uma Moção de semelhante teor. E, conversando com Vereadores da base governista, estamos chegando num consenso para a elaboração de uma redação que tenha a concordância de todos os partidos, já que para todos nós, pelas manifestações que acompanhamos aqui neste plenário, a Fundação Zoobotânica não pode ser perdida. Não podemos abrir mão dessa instituição. E nós estamos construindo uma nova moção. Em breve, vou retirar essa da priorização para colocarmos uma nova moção que manifeste o nosso apoio, a nossa solidariedade à manutenção da Fundação Zoobotânica, mas também das duas outras fundações que estão ameaçadas pelo Governo do Estado, que é a Fundergs e a FEPPS. Então, peço a paciência de todos, pois já estamos trabalhando. O meu assessor Marcos foi ao Gabinete do Ver. Airto Ferronato justamente para finalizar essa Moção de Apoio. E eu espero que tenhamos o apoio e a votação unânime desta Casa em prol da manutenção dessas instituições que prestam serviço exemplar e das quais não podemos

pág. 35

nos desfazer. Lembrem-se, como muito bem destacado pela Janine, na Tribuna Popular, existem muitos serviços prestados pela Fundação Zoobotânica, entre eles a economia de dinheiro para o nosso Estado. Não há, na minha ótica, um investimento maior do que o retorno que a Fundação traz ao nosso Estado pelos serviços prestados: a questão das análises, da pesquisa básica. O nosso País pesquisa pouco. Nós precisamos incentivar a construção do conhecimento científico dentro do nosso País para crescimento da nossa Nação. Se nós não pesquisamos, se nós não publicamos, nós nos tornamos consumidores de conhecimento científico, e isso, sim, sai caro, aí é gasto. Então, precisamos de investimento, precisamos de manutenção dessa construção. Precisamos de cientistas, de pesquisadores que sejam valorizados e que construam conhecimento científico. É por isso que não podemos abrir mão dessas instituições e, portanto, vamos fazer essa alteração: retirar a Moção de Repúdio. O Ver. Airto Ferronato também vai retirar a sua, para construirmos coletivamente algo que possa sinalizar o apoio desta Casa a essas fundações fundamentais à nossa sociedade.

Então, uma boa tarde a todos e espero que tenhamos a aprovação unânime dessa nova iniciativa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 103/15.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde, aqui, na Câmara Municipal, acho que o Ver. Alex já fez toda a exposição de como nós vamos conduzir esta nossa proposta, que não é nossa, ela é coletiva, é da Câmara, e ela nasce pela nossa Tribuna Popular; portanto, ela é da Câmara e, também, da nossa Fundação. Mas, antes de mais nada, ela é da cidadã e do cidadão gaúchos. Quero dizer para vocês que eu recebi, nesses últimos cinco dias – e eles me chamam de Deputado Ferronato – pedidos para que eu votasse contra; por diversas vezes, eu recebi isso. Então, quero dizer que há uma mobilização da sociedade porto-alegrense e nossa, enquanto Vereadores da cidade de Porto Alegre, que é contrária ao projeto de extinção das nossas fundações, essencialmente da Fundação Zoobotânica. Eu estava, na quinta-feira, aqui no plenário,

quando ouvi o Ver. João Bosco Vaz falando da questão do esporte. Acredito que, a partir da posição que adotamos aqui, nós vamos votar uma proposta que é essencialmente da sociedade. E acredito que é uma proposta muito bem-vinda de vocês para nós, que tem o acolhimento do porto-alegrense. O esporte, a educação e a pesquisa; é preciso formar, neste País, pesquisadores. É uma das iniciativas – falei há pouco muito rapidamente –, não vou dizer a única, mas é das primeiras iniciativas para o benefício deste País enquanto deficiência de finanças públicas e deficiência econômica. Se analisarmos as economias, vamos ver que temos aqui no nosso País, comparativamente com outras nações, a velha fuga de dólar, é uma questão. Com essa fuga de dólar, aumentamos o dólar cada vez mais e o juro cada vez mais. Temos, também, a questão da economia de escala: como competir com empresas internacionais que produzem um bilhão de peças, enquanto aqui produzimos cem mil? É uma questão complicada. E a outra, que está na ponta disso, é a pesquisa. O Brasil precisa investir maciçamente na educação, numa educação muito voltada para a pesquisa, porque nós estamos, como país, muito atrasados em relação à pesquisa numa série de áreas. As nossas instituições de pesquisa precisam ser valorizadas, precisam de incremento financeiro, elas não devem ser vistas como despesa ou gasto. Elas precisam ser vistas como investimento no presente, mas, muito essencialmente, no futuro. Portanto quero trazer aqui um abraço a todos e dizer que estamos, sim, encaminhando uma proposta que, na minha avaliação, é uma proposta que vai ter a acolhida da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Obrigado e um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 103/15.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; inicialmente, quero agradecer o Ver. Prof. Alex, a Ver.^a Fernanda Melchionna, o Ver. Airto Ferronato por esse consenso – a Ver.^a Mônica Leal que tomou a iniciativa – de podermos dar um apoio aos funcionários dessas três fundações. Às 17h, nós temos um “abraço” no Centro Estadual de Treinamento Esportivo, o que já houve lá na Fundação Zoobotânica.

Eu concordo com o Governador Sartori que alguém tem que estancar essa situação que o Estado vive. Não dá para fazer que se está administrando, não dá para ser gestor apenas da folha de pagamento. O Estado precisa ser forte, o Município precisa ser forte, para que o seu gestor, além de administrar uma folha de pagamento, possa fazer investimentos. E é preciso se fazer escolhas, é preciso se fazer escolhas!

Em relação a essas três fundações, eu pego agora a Fundação de Esporte e Lazer. Nós tínhamos, no Governo passado, a Secretaria de Esportes, que nos foi muito útil na organização da Copa em Porto Alegre, que eu comandeí. Aí o novo Governo assumiu; obviamente, como eu digo sempre aqui, cada Governo tem a sua maneira de governar. Nenhum Governo resolve tudo, tem Governo que, às vezes, não resolve nada, mas todos os Governos fazem alguma coisa. Agora, a Fundação de Esporte e Lazer ser fechada, quando já foi fechada a Secretaria Estadual do Esporte... E a Fundergs não tem mais do que 40 funcionários! A Fundergs não gasta R\$ 2 milhões por mês!

Nós temos agora um Centro Estadual de Treinamento Esportivo no Menino Deus, o CETE, remodelado, que foi remodelado no Governo passado em parceria com o Ministério do Esporte. Está lindo: pista nova, ginásios novos, vários projetos sociais em andamento, esgrima para cadeirantes, uma série de atividades. No momento, Ver. Cecchim, em que a Fundergs for fechada, esses projetos sociais todos lá vão ter que terminar, porque os funcionários que estão na Fundergs, que não chegam a 40, são funcionários que foram contratados num concurso de seleção emergencial até se fazer o concurso definitivo. Então, esses funcionários poderão ir embora, porque foi um concurso emergencial e não um concurso definitivo. Então, de que maneira fica o CETE lá, o Centro Estadual de Treinamento Esportivo? Ele também é – e muito – utilizado pela comunidade do Menino Deus, porque lá nós temos profissionais que orientam caminhadas, profissionais que medem a pressão, grupos de corrida que treinam lá... Enfim, é o único e verdadeiro espaço público a céu aberto com pista emborrachada que nós temos em Porto Alegre. Em Porto Alegre, por exemplo, nós temos um grande erro: nós só temos um grande ginásio de esportes que é o Ginásio Tesourinha, de 40 anos atrás. Então, faltam espaços democráticos. O Ginásio Tesourinha já veio da época que o PT foi governo por 16 anos, e quando eu assumi a Secretaria mantive todos os projetos lá. Lá, nós temos aula das 7h às 22h; 1.400 alunos, 80% da terceira idade, que pagam R\$

40,00 por semestre. Eu ainda criei lá, antes de sair, uma clínica de fisioterapia pública com atendimento gratuito, com médicos e fisioterapeutas.

Então, nós temos poucos espaços públicos para prática esportiva gratuita, e o Centro Estadual de Treinamento Esportivo – CETE, se inclui nesse pequeno grupo. Obviamente, aqui nós temos alguns outros ginásios, o Arariboia e outros, mas são espaços pequenos.

Então, lhe agradeço mais uma vez, Ver. Alex, a Bancada do PSOL, e vamos assinar juntos para hipotecar a nossa solidariedade, embora eu ache que essa briga política a gente já tenha perdido, porque já tomaram a decisão e não ouviram ninguém, nem as pessoas do esporte, do próprio Partido, a exemplo do Prof. Garcia, que graças a Deus está se recuperando, e que foi um dos diretores do CETE de antigamente.

Muito obrigado, Presidente, e desculpe ter passado do tempo.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Vereador. O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 103/15, pela oposição.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Caros colegas, muito boa tarde; aos nossos trabalhadores da Fundação Zoobotânica que estão aqui que engrandecem, hoje, o nosso plenário; ao Ver. Paulo Brum, que preside a nossa Sessão. Venho aqui em nome da oposição da Casa, o PCdoB, o meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, e do PSOL, me somar a essa Moção, seja ela qual o nome que tenha, e é louvável que se amplie, que se busque melhor entendimento entre todos os colegas.

A fala do Ver. João Bosco Vaz resgatou não só a sua história, mas a história do trabalhismo, da luta pelas crianças, pela educação quanto à questão do esporte e do lazer. Aqui, estamos dialogando sobre a nossa Fundação Zoobotânica. Eu li, recentemente, uma notícia sobre a Grécia, sobre a situação em que vive o povo grego hoje. É um Estado que não tem, absolutamente, mais nenhum serviço público; já se desmantelou completamente. Eu me lembrava do período em que a Argentina também seguiu esse caminho, quando o Presidente vendeu até o avião presidencial, porque era gasto. Imaginem a pátria ter um avião presidencial! E assim foi... Esse é um dos exemplos que eu lembro. Por que eu digo isso? O que a Grécia e a Argentina têm a ver com a Fundação Zoobotânica, com o Jardim Botânico de Porto Alegre e com o Zoológico? Têm

pág. 39

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
075ª Sessão Ordinária 17AGO2015

a ver com o sistema mundial que está subjugando as nações, que está drenando as riquezas dos povos para algum lugar; porque está indo para algum lugar esse dinheiro que dizem que não pode ir para a Fundação Zoobotânica.

Aqui, mais do que fazer uma fala de oposição ao Governo Sartori, eu quero estimular uma reflexão um pouco mais ampla, porque isso também não é apenas uma diferença partidária. Existe um jogo muito maior subjugando toda a política, fazendo com que a política não seja mais vista para função alguma da sociedade, com que a sociedade deslegitime a política, as instituições e o serviço público. Por trás disso, alguém está ganhando o famoso dinheiro dos impostos. Para algum lugar está indo o dinheiro da Grécia, o dinheiro do Rio Grande do Sul, aquele que não pode ir para pesquisa zoobotânica para proteção das 1.049 espécies que correm risco de extinção, hoje, no Rio Grande do Sul. Para algum lugar esse dinheiro está indo! Isso tem a ver com a discussão de impostos que o Governador está mandando. Alguém está ganhando com esse jogo! Eu lia que 0,3% da população brasileira, 70 mil pessoas têm 25% do patrimônio da riqueza do nosso País. É a concentração de renda mais alta do mundo. Nós temos que falar disso. Temos que falar de distribuição de riqueza. Temos diferenças. Alguém virá aqui e vai começar a xingar partido A ou B, ou não estou falando disso. Lembro quando o Brizola estatizou a Companhia de Energia Elétrica e o chamaram de louco, porque ele dizia que estavam levando o lucro dos gaúchos. Nós temos que discutir uma nova ordem global ou do Brasil, porque o dinheiro que não vai para a Fundação Zoobotânica, que vai para os 15% do pagamento da dívida, que o Governo Federal paga outros 30% e que alguns sonegam algum trilhão de impostos, esse é a discussão que eu queria ter visto nas ruas e não vi. Porque essa é a verdadeira corrupção do Brasil, a corrupção que concentra renda na mão de poucos. Os bancos lucraram 35% a mais neste semestre. Foram R\$ 25 bilhões, o Bradesco; R\$ 30 bilhões, o Itaú. Está errado. Tem alguma coisa errada nesse sistema.

Então, discutindo as flores do Jardim Botânico, estamos discutindo as flores da Grécia, da Argentina, as flores de todos os povos, os animais, porque alguém está ficando com esse recurso. Eu quero aumento de imposto, sim, Ver.^a Fernanda, para a elite do Brasil, para aquele 1% que detém metade da riqueza do nosso País e que paga menos imposto do que nós aqui. Eu quero aumento de imposto! São esses que financiam campanhas contra os impostos! Os que menos pagam são os que estão lá na ponta de cima da pirâmide. É

sobre esses que temos que nos unir e entender que a cada tentativa que o neoliberalismo faz para voltar no Rio Grande do Sul, no Brasil e no mundo, nós temos que unir os povos, as instituições pelas nossas riquezas naturais e do nosso trabalho. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 103/15.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs Vereadores, eu e a Ver.^a Sofia há algum tempo não temos nenhum embate de tribuna aqui, já estou até com saudades, Vereadora. Mas está bem assim.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Não vai ser nessa causa. Eu, Ver.^a Fernanda, acho que a Bancada do PSOL fez um gesto de transformar a moção de repúdio para apoio muito inteligente, e a Ver.^a Mônica participou disso também.

A minha Bancada votaria contra, mas vamos nos abster, Vereadora. Vamos fazer a votação, para que a sua proposição e do Ver. Prof. Alex não tenha percalços. Eu escutei muito bem o encaminhamento do nosso Ver. Alberto Kopittke. Inteligente, o seu discurso, Ver. Alberto Kopittke. Mas eu entendi mais como uma reflexão de mea-culpa, porque tudo o que V. Exa. disse aqui foi o que o governo petista fez no governo federal. Nunca os banqueiros ganharam tanto dinheiro! Nunca ganharam tanto dinheiro como no governo Lula! Eu tenho certeza de que V. Exa, às vezes, faz esta reflexão: “Mas por que o meu partido tinha que dar tanto dinheiro para os banqueiros?”, “Por que o PT tinha que concentrar renda em 20 ou 30 construtoras grandes? Por serem amigas do Vaccari?” Eu tenho até a lista, que a Veja publicou esta semana. Certamente, esse pequeno índice de ricos, que deveriam pagar mais impostos, estaria nisto. Pena que esse dinheiro não é deles, foi roubado da Petrobrás.

Acho que tem que se fazer uma reflexão, sim, de para onde vai esse dinheiro. Ele vai sempre para o mesmo lugar, sempre para o sistema financeiro. Aqui no Rio Grande do Sul, por exemplo, V. Exa. quase falou por mim – eu poderia até assinar embaixo. É o

dinheiro que pagamos de juros para o governo federal. E não foi só o Sartori que foi submetido a isso, o Tarso também, os outros governadores também. Nós pagamos um juro para o governo federal como se fosse cheque especial.

Então, eu acho que nós temos que refletir muito. Aquelas pessoas que trabalham, sejam elas na Zoobotânica, sejam na Fundergs, nessa dos laboratórios – não lembro o nome do laboratório, que não fabrica coisa nenhuma... Acho que tem de ser feita uma distinção: não dá para mexer em quem produz, tem de ficar; quem só se encosta ao emprego público, que só aparece lá uma vez por semana, não pode ficar nos explorando, explorando o Rio Grande do Sul, explorando o cidadão. Acho que tem de fazer uma divisão: produziu para o bem público? Não tem como mexer. Não fez nada, só explora? Tem de tirar sim.

Então, acho que vamos fazer uma discussão muito séria para preservar o Estado, para preservar o Município, para preservar a União, mas, principalmente, para que o cidadão seja respeitado, para que não haja meia dúzia de privilegiados que não fazem nada e que não podem ser mexidos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Prof. Alex Fraga (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do Requerimento nº 103/15 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje. Nós construímos um acordo entre os partidos para substituir o texto e entrar com uma moção de solidariedade. Eu pediria que votássemos ainda hoje a nova moção. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 220/14 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Alberto Kopittke (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLL nº 012/14 por duas Sessões. O projeto é de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que está afastado das suas funções por motivo de saúde na família.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alberto Kopittke. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Sr. Presidente, considerando que estamos aguardando o protocolo, solicito que seja discutido o PELO nº 004/15.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que solicita de adiamento da discussão do PLL nº 112/15 por três Sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(O Ver. Mauro Pinheiro reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Em discussão, em 1ª Sessão, o PELO nº 004/15. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir, em 1ª Sessão, o PELO nº 004/15.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, esta é a primeira discussão sobre uma iniciativa que compõe um conjunto de iniciativas que as mulheres Vereadoras estão apresentando e implementando e que serão instrumentos para fazer valer a legislação aprovada em décadas aqui na cidade de Porto Alegre e a legislação federal de proteção às mulheres, às meninas, mulheres pequenas, jovens. Hoje, tem a coincidência – falo à maioria, que é de mulheres, da Fundação Zoobotânica, que fizemos, na sexta e sábado, a 6ª Conferência dos Direitos da Mulher, aconteceu nesta Casa, evento que reuniu mais de 400 mulheres, e um dos encaminhamentos, das votações foi o fortalecimento da Procuradoria da Mulher que instalamos nesta Casa, que

começa a se estruturar, Presidente Mauro, e que tem um conjunto de leis. Aqui está o processo do conjunto de leis que votamos nesta Casa relativas ao direito da mulher e encaminhamos à Mesa Diretora para que ela vire novamente um livreto, para que cada Vereador, que cada Vereadora tenha o seu, e entre elas está o Mapa da Violência, que o ObservaPoa deve manter específico, relativamente à questão da mulher. E o projeto que estou apresentando, o apresentei junto com a Procuradoria, em março - o qual gostaria que fosse votado ainda neste segundo semestre, está em primeira discussão agora -, propõe que, a cada ano, a Prefeitura venha a esta Casa, no mês de março, e preste contas das ações realizadas pelo Governo, articuladas, feitas em parceria para a realização para o cumprimento da legislação e das políticas que protejam as mulheres. Políticas que vão desde o fornecimento do preventivo, do pré-natal, do direito das mulheres a fazê-lo, o direito à passagem, o direito à liberação, o direito à licença-gestante de seis meses, até, Ver. Adeli, a lei que determina um percentual mínimo das mulheres, dos órgãos colegiados. Sabia que tem, Ver.^a Mônica, e lhe vi esses dias, esbravejando, 30% de gênero, no mínimo, em todos a os cargos comissionados, está previsto numa legislação, que já é do ano de 2000. Temos outras legislações como a eliminação de barreiras, como a prioridade no transporte público e a possibilidade de passar pelo lado da frente para gestantes, a prioridade de atendimento nas repartições públicas, sistemas bancários, às pessoas idosas, mulheres e gestantes. Poderia ler uma série de legislações que dizem respeito à saúde da mulher, à integridade física da mulher, à sua condição específica de gestante, de mãe e de mulher que é vítima, sim, do feminicídio. Os índices, os indicadores, as lamentáveis mortes, assassinatos de mulheres, como aconteceu na Restinga na semana passada – três mulheres e uma criança, por ex-marido, que já tinha denúncia na Delegacia de Polícia de ameaça de agressão; a decepção de mãos e pés, em São Leopoldo, de uma jovem no Interior mostram o quanto é urgente, o quanto é necessário, o quanto não é banal e não pode ser banalizada a necessidade de políticas fortes de alteração cultural e de proteção das mulheres, da cultura machista, da cultura opressora e a prevenção, a construção da autonomia das mulheres, o funcionamento da rede de proteção, o funcionamento da rede de punição dos agressores e dos assassinos. Então, este projeto fará com que o Governo se organize, todo ano ele precisa vir prestar contas, ele precisa ter os dados, ele precisa ter implementado e realizado a sua parte.

Quero convidar os Vereadores e as Vereadoras que compõem a Frente Parlamentar e os demais interessados, juntamente com a Procuradoria da Mulher e a Frente Parlamentar da Situação Rua, para, amanhã, às 7h30min, uma visita ao Centro POP – serviço especializado para atendimento de pessoas em situação de rua. A maioria das pessoas que trabalham lá são mulheres, cinco contratos terceirizados, situação muito precária, passaram dois dias paralisados na semana passada por não receberem salário. Estaremos indo às 7h30min, na Av. Voluntários da Pátria, 1613.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Encerrada a discussão do PELO nº 004/15, em 1ª Sessão.

Em votação o Requerimento nº 099/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLCL nº 024/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação a Emenda nº 03 ao PLCL nº 024/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 04 ao PLCL nº 024/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

O Sr. Kevin Krieger: Presidente, eu gostaria de escutar novamente, porque eu estava em uma reunião em relação aos moradores do Lami que estavam sendo despejados, e não consegui prestar atenção, cheguei agora.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Pinheiro): Nós estamos votando o processo nº 1192/13, PLCL nº 024/13, de autoria do Ver. Alberto Kopittke, em que as Emenda de nº 03 e nº 04 já foram aprovadas.

Em votação a Emenda nº 06 ao PLCL nº 024/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 07 ao PLCL nº 024/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Kevin Krieger, o PLCL nº 024/13. (Pausa.) (Após apuração nominal.) 11 votos **SIM.** Não há quórum.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
075ª Sessão Ordinária 17AGO2015

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h12min.)